

Universidade Federal de São Carlos  
Centro de Educação e Ciências Humanas  
Departamento de Psicologia

Guilherme Rosa Servelhere

**Ser homem ou ser humano: reflexões psicanalíticas a respeito da desconstrução do  
conceito de masculinidade**

SÃO CARLOS

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
GUILHERME ROSA SERVELHERE

Ser homem ou ser humano: reflexões psicanalíticas a respeito da desconstrução do conceito  
de masculinidade

Monografia apresentada ao Departamento de  
Psicologia da Universidade Federal de São  
Carlos como requisito parcial para obtenção do  
grau de Bacharel de Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo C. P. Câmara

São Carlos  
2025

## **Agradecimentos**

Gostaria de iniciar esta sessão agradecendo a todas as pessoas que desde o início me deram um apoio que nem eu imaginava que merecia. Carlos e Marisa, vocês são luz em minha vida, apesar de todas as dificuldades que ambos passaram ao longo de suas vidas, a beleza de existir conseguiu florescer dentro de mim apenas por conta de vocês. Até ingressar na universidade - e mesmo dentro dela -, tive inúmeros momentos de extrema fragilidade. Em nenhum deles eu quebrei. Por isso, agradeço imensamente ao casal que me permitiu chegar até aqui.

Agradeço também a minha amiga Letícia, grande companheira e um símbolo como pessoa e pesquisadora. Além de ter acompanhado toda a minha trajetória desde o ensino médio, você sempre fez questão de mostrar um lado incrível de mim. É engraçado pois não acho que você fazia isso intencionalmente, mas nossa amizade sempre foi tão natural, que isso naturalmente aconteceu. Atribuo a você também grande parte da minha capacidade de pensar fora da caixa, já que em todos esses anos, aluguei seu ouvido para falar tudo o que vinha à cabeça. Sei que não foi fácil, mas pelo menos isso me rendeu uma monografia, imagino que você fique minimamente feliz pela conquista.

Não posso deixar de citar minha irmã, Karina. Como irmão mais novo, sempre te vi como alguém a se espelhar. Não acho que até hoje eu tenha conseguido encontrar um vínculo tão profundo como o nosso; chegamos a um ponto que mesmo se quisermos, não dá mais pra evitar, somos assustadoramente ligados - o que, apesar de assustador, amo do fundo do meu coração. Grande parte da minha personalidade eu devo a você, grande parte dessa monografia surge como um fruto daquilo que nós plantamos, e para além disso, grande parte da minha vida, quero ter sua companhia para compartilhar conquistas como essa.

Dando seguimento, gostaria de agradecer ao professor Bruno, alguém que mesmo sem saber, e, de modo tão indireto, impactou extraordinariamente na forma como hoje penso. Sempre tive uma certa vaidade com o conhecimento, talvez por isso, o papel do professor sempre teve uma ambivalência de extremos em minha vida. Quando eu gosto, amo. Quando não, desprezo. Digo isso levando em conta a importância e a potência que um docente pode ter na vida de um aluno, um posto como esse não pode ser levemente ocupado. Por isso, te agradeço. Você foi um respiro e um alívio em meio a vários professores sem paixão, com toda certeza a disciplina lecionada por você ressignificou a minha formação como profissional e como pesquisador.

E por fim, agradeço ao meu orientador, Leonardo. É difícil olhar para todo esse processo como apenas uma monografia. Foi muito mais do que isso. Quando a disciplina foi ofertada, tentaram pregar uma idéia pessimista de que tudo isso se resumiria a uma burocracia para concluir o curso, e que, muitas vezes, o trajeto acabaria sendo aversivo. Eu não poderia discordar mais dessa afirmação. Esses dois anos de orientação foram essenciais para a minha vida, tanto numa escala profissional quanto no que diz respeito ao âmago do meu ser. Se eu pontuei anteriormente que possuo uma espécie de vaidade em relação ao conhecimento, posso afirmar que você Leo, foi responsável por refinar e dar sentido a isso. Quando cheguei na psicologia - e durante um bom tempo da graduação -, tive muitas angústias que só aumentavam à medida que as disciplinas passavam. Durante muito tempo, me senti perdido, sem grandes motivações para seguir na área, apesar de saber que em algum nível, havia uma beleza que talvez até o momento eu não havia encontrado. Foi com você que essa beleza veio à tona. Creio que compartilhamos essa paixão pelo conhecimento, e em especial, pela psicanálise. Por conta disso, não tenho dúvida nenhuma ao dizer que literalmente todas as nossas interações tiveram um impacto simbólico imenso em minha pessoa. Você é um exemplo daquilo que eu gostaria de ser como pesquisador. Foi com você que eu aprendi o fundamento básico para a pesquisa, para a psicanálise e para a vida: a humildade. Por conta disso, agradeço do fundo do meu coração por todo esse período que você aguentou meu amor e ódio. Bem lá no fundo, sempre pensei que eu tinha um grande potencial; fico feliz em dizer que você me confirmou isso, e vindo de você, eu não poderia discordar.

Ademais, e estendendo mais um pouco essa seção que já não está curta, agradeço a todos os amigos que acompanharam toda essa minha trajetória, ouviram todos os meus devaneios, escutaram coisas que faziam sentido e outras que passavam longe disso. Creio que todos vocês saibam no fundo quem são, não preciso fazer uma lista, pois imagino que em alguma medida, já expressei o meu carinho por cada um.

*Eu prefiro ser  
Essa metamorfose ambulante  
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo  
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo  
Sobre o que é o amor  
Sobre o que eu nem sei quem sou*

Raul Seixas

## **Ser homem ou ser humano: reflexões psicanalíticas a respeito da desconstrução do conceito de masculinidade**

**Resumo:** O estudo em questão intenta expor reflexões a respeito dos conceitos de homem e masculinidade, buscando apontar as problemáticas envolvidas nesse contexto com base em uma análise do fenômeno em duas diferentes escalas: a grupal e a subjetiva. Para além disso, pretende-se propor um desmonte do peso hegemônico e paradigmático dessas categorias citadas, evidenciando suas contradições essenciais apresentadas ao longo da história. Com esse propósito, percorre-se uma parcela do escopo teórico psicanalítico, dando ênfase às obras freudianas que, com efeito, permitem uma leitura pormenorizada das concepções analisadas. Por fim, faz-se um exercício reflexivo dos possíveis direcionamentos que a discussão proposta pode ter, com o intuito de levantar um dos vários caminhos que podem ser tomados nesse cenário.

**Palavras-chave:** masculinidade; homem; psicanálise; culpa; cultura; controle.

## **Being a man or being human: psychoanalytic reflections on the deconstruction of the concept of masculinity**

**Abstract:** This study aims to present reflections on the concepts of man and masculinity, seeking to highlight the issues involved in this context based on an analysis of the phenomenon on two different scales: the group and the subjective. In addition, it aims to propose a dismantling of the hegemonic and paradigmatic weight of these categories, showing their essential contradictions throughout history. To this end, it covers part of the psychoanalytic theoretical scope, emphasizing Freudian works that, in effect, allow for a detailed reading of the concepts analyzed. Finally, it reflects on the possible directions that the proposed discussion may take, with the aim of raising one of several paths that can be taken in this scenario.

**Keywords:** masculinity; man; psychoanalysis; guilt; culture; control.

## Sumário

1. Introdução.....	1
1.1 História da masculinidade.....	3
2. Psicanálise e a sociedade enquanto grupo.....	7
3. A gênese do Supereu.....	10
4. Culpa, cultura e controle.....	20
5. Discussão.....	25
Considerações Finais.....	29
Referências.....	32

## 1. Introdução

Devido ao espírito do tempo marcado pela irrupção de tendências performáticas e subjetividades compulsórias, a contemporaneidade resgatou uma discussão a respeito da masculinidade que há muito permeia várias camadas do corpo social. Apesar das diferenças paradigmáticas que cada momento histórico detém em sua concepção do masculino, é válido ressaltar que, via de regra, a ideia do que representa um homem e o que lhe faz pertencente desta categoria sempre esteve presente de forma sólida e enrijecida nas graças do senso comum, servindo de molde para o desenvolvimento de um modelo de sociedade patriarcal pautado em uma assimetria entre o que se entende por homem - figura detentora de poder que legitima e replica o paradigma - e mulher - que desempenha um papel passivo e permissivo dentro desta dinâmica.

É correto pensarmos na história da humanidade tendo este conflito entre os sexos como uma pedra angular com relação à maneira que experienciamos as nossas realidades nos dias atuais, gerando meandros complexos e determinantes na forma que cada sujeito internaliza sua identidade. No entanto, discussões - principalmente no campo do gênero - ao longo das últimas décadas contribuíram para ponderar uma desconstrução de conceitos tão sólidos e historicamente intocáveis como “homem” e “mulher”, fazendo assim com que tenhamos que repensar algo que, de forma geral, faz parte de uma estrutura sustentada desde os primórdios das organizações sociais.

Nesse sentido, Pedro Ambra (2015) propõe um exercício de desnaturalização desses termos a partir de uma análise do percurso histórico por eles traçados. O autor explicita que, ao se estabelecer o intuito de definir o homem, existem muitos entraves linguísticos e contextuais que dificultam o entendimento claro, “não é possível afirmar com exatidão se se trata aqui do homem sinônimo de pessoa, cidadão e sujeito ou se a pergunta faria referência ao homem como pessoa do sexo masculino, classicamente definido em relação à mulher” (Ambra, 2015. p. 21). Sendo assim, um amplo leque de caminhos se abre para explorar o tema; no entanto, é pelo estudo do gênero que os principais debates para a desestruturação dos dogmas supracitados irão ocorrer.

O termo gênero, hoje amplamente apropriado pelos vários campos do saber, teve sua origem na psicanálise a partir de um conflito com o conceito de bissexualidade universal que Sigmund Freud irá propor em determinado momento de sua trajetória. Robert Stoller, ao

revisitar o tema, se dispôs a criar uma categoria que se diferenciasse do termo sexo, trazendo para si um contexto de identidade/sexo social:

Segundo ele, faltava ao freudismo clássico uma categoria que permitisse diferenciar radicalmente a pertinência anatômica (o sexo) da pertinência a uma identidade social ou psíquica (o gênero), podendo ambos estar numa relação de dissimetria radical, como mostrava o estudo do transexualismo masculino e feminino (Roudinesco; Plon, 1998, p. 291-292).

Portanto, Stoller vai impor distinções entre os termos citados, sendo que o sexo irá se referir a estados biológicos: genética, caracteres primários e secundários do sexo, aparato anatomofisiológico, endócrino e cerebral; enquanto gênero se referirá a um conjunto de fenômenos como sentimentos, pensamentos, comportamentos e fantasias relacionados à masculinidade e à feminilidade, sem necessariamente ter uma base biológica – é consolidado culturalmente, adquirido na vida pós-natal. Dessa forma, sexo e gênero passam a ter uma nova abordagem conceitual, além de não apresentarem uma interdependência em termos de conteúdo (Cossi, 2018).

Partindo dessa perspectiva, Pedro Ambra irá nos mostrar dentro da concepção de gênero os inúmeros pontos de iniciação que podemos tomar para realizar o processo de desconstrução da masculinidade:

Uma discussão sobre a masculinidade pode encontrar, além de diferentes endereçamentos, diferentes pontos de partida. Entre uma essência masculina, uma construção social radical, uma designação de gênero que vem do Outro, uma performance viril, uma identidade, uma identificação, um discurso, um posicionamento em relação à linguagem, uma lógica própria, uma construção histórica específica e uma modalidade de gozo não há apenas diferenças terminológicas, mas abismos políticos e epistemológicos demasiado complexos para um exercício de síntese ou diferenciações que partilhem de um mínimo rigor (Ambra, 2015, p. 24).

Sendo assim, o presente trabalho pretende realizar uma interpretação da teoria freudiana, buscando pensar, a partir desta, concepções contemporâneas a respeito do construto “masculinidade”, dando subsídios para a proposição de novos caminhos de subjetivação para esta categoria.

## 1.1 História da masculinidade

Para explorar o tema da masculinidade, proponho um caminho de investigação que lidará inicialmente com a sociedade em sua escala macro, entendendo as estruturas que sustentam e replicam o ideal masculino, indo em direção ao micro à medida que compreendermos a dinâmica de introjeção desses ideais impostos no sujeito. Tal via de análise nos permitirá conceber o caráter abstrato do construto masculinidade e, para além disso, nos possibilitará enxergar o âmbito social como um intermediário ativo no repasse dos valores em questão.

Partindo do pressuposto de que há um alinhamento entre as noções de sexo biológico, funções relativas a cada gênero e papéis que estes devem desempenhar de acordo com a norma social, podemos inferir que a sociedade vai ser um vetor que funcionará de modo sistemático e hegemônico no processo de produzir e disseminar a devida padronização das concepções de homem e mulher, agindo desde a gênese do sujeito e complexificando esses ideais à medida que este estabelece contato com outras organizações sociais. É nessa direção que Wang (2006), a partir de uma visão psicanalítica, pontuará que a masculinidade será construída com base em uma participação ativa de um coletivo de pessoas que atuam direta ou indiretamente na introdução do sujeito gradativamente em direção aos ideais culturais da sociedade em que faz parte. Em geral, esse sistema de ideais é construído lentamente e de forma contínua, tendo uma contribuição intensa na estruturação da subjetividade de quem o vive.

Ainda consoante o autor, alguns dos adjetivos atribuídos ao caráter inato masculino são: “forte, confiante, ativo, destemido, determinado, realizador, independente, objetivo, pragmático, racional, emocionalmente equilibrado, profissionalmente competente, financeiramente bem sucedido e sexualmente arrasador [...] insensível, agressivo, arrogante, dominador, autoritário, violento e opressor” (Wang, 2001). Para além dessas, outras representações podem ser atribuídas de acordo com o meio em que o sujeito está inserido.

Entendendo o impacto profundo que terceiros desempenham na construção da subjetividade e expressão de gênero, é relevante investigarmos esta relação desde os momentos primordiais da existência de cada pessoa; ou seja, para compreender a masculinidade enquanto uma construção, devemos começar por algum ponto de origem, sendo este, o cerne familiar.

Freud, em sua obra *O mal-estar na civilização* (1930), irá explorar as bases que motivaram o ser humano a se organizar do modo como o fez e, nesse tocante, explicitará alguns pilares principais que sustentaram o arranjo das populações até os dias atuais. De acordo com o autor, para que o humano conseguisse garantir uma continuidade da espécie, seria necessário sacrificar certos desejos para manter uma ordem; esta que, por sua vez, retiraria o caráter animalesco de competição com base na força bruta e proporia uma visão de igualdade dos homens, criando um senso de justiça na lei dos humanos (Freud, 1930/2010, p. 38). Dessa forma, a sociedade seguiu uma dinâmica em que valores que circundam essa lógica foram desenvolvidos, criando fundamentos para que o *status quo* civilizatório se mantivesse, suprimindo, a partir do âmbito social, as pulsões agressivas do homem.

Com base nisso, surgiram tendências civilizatórias que serviram para instigar as pessoas a estabelecer significações para as relações sociais entre seus semelhantes, ancorando-se em identificações, relações amorosas inibidas em sua meta e restrições à vida sexual na família como forma de sustentar uma organização em sociedade (Freud, 1930/2010, p. 50). É portanto nesse cenário familiar que conseguiremos notar a concentração dos ideais anteriormente citados, sendo este um dos principais agentes no repasse dos valores para os sujeitos componentes do corpo social.

Ao longo da história das civilizações, as dinâmicas sociais passaram a se complexificar de acordo com o passar dos anos, e, por conta disso, os valores antes atribuídos e disseminados não poderiam permanecer imutáveis. É esperado que, dentro dessa dinâmica de complexificação, modelos de sociedade que, num primeiro momento, poderiam parecer concretos e suficientes para suprir as demandas do todo, sejam passíveis de cair por terra de acordo com as mudanças do corpo social. Este funcionamento é semelhante ao que Thomas Kuhn propõe a respeito do conceito dos paradigmas científicos em seu livro *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1962), uma vez que, mesmo sendo colocada num patamar contraditório de imutabilidade e autoridade máxima pela comunidade científica, a ciência em si é uma construção que participa de um processo de crises e superações de paradigmas que surgem de acordo com a erupção de problemas em sua composição que o paradigma anterior é impossibilitado de sanar, demandando uma reformulação que amplie o conceito do que é verdade e do que não é (Kuhn, 1962). Tal como a ciência, a masculinidade é desenvolvida e pautada por paradigmas históricos, sendo sujeita a enfrentar momentos de crise.

Entendendo que crises são presentes e, de alguma forma, partes da estrutura da idealização do masculino, Badinter (1992) explicita que as perturbações da masculinidade não

são exclusivas da contemporaneidade. Durante o processo de urbanização em solo europeu, a divisão sexista do trabalho reverberou de modo a fundamentar questionamentos do movimento feminista ao modelo que, para além de tudo, consolidava a posição sistêmica de superioridade do homem perante a mulher. Dado esse fato, o lugar que o masculino ocupava passou a ser posto em xeque, resultando em uma série de produções que visaram desconstruir essa hegemonia até então sustentada.

Dessa maneira, Foucault (1986) contribui muito ao dizer que a sexualidade é uma ideia relativamente nova, que surge em meados do século XIX, portanto, pertencente às sociedades modernas e pós-modernas. Antes do século XIX, sem um repertório linguístico que distinguisse a sexualidade de homens e mulheres, o que vai se estabelecer são normas da diferença sexual entre ambos, ordenadas principalmente sob o caráter anatômico. O que se observava era a prevalência - por aproximadamente dois milênios - do chamado monismo sexual, dado pela concepção de que a mulher poderia ser entendida como um homem invertido. O útero era o escroto feminino, os ovários eram os testículos, a vulva um prepúcio e a vagina era um pênis (Costa, 1995, p.100). Nessa dinâmica, a tendência em atrelar poder à imagem do falo era uma realidade, sendo o pênis e suas implicações aquilo mais próximo da representação do perfeito. Logo, começa-se um processo de segregação e atribuição de papéis sociais que, dado o contexto, coloca o homem em uma posição de superioridade para com relação à mulher - superioridade esta que era explicada única e exclusivamente por atribuições de valores à dimensão anatômica do ser humano.

É apenas na passagem do século XVIII para o XIX que as mudanças passariam a ocorrer, a partir da transição do conceito de unicidade e perfeição do corpo masculino para o modelo de dois sexos. Se antes a distinção entre os gêneros voltava-se essencialmente para a concepção anátomo-fisiológica do ser humano, com esse modelo, o sexo vai ser pautado por uma binariedade que perpassa aspectos políticos e ideológicos, baseada em oposições de gênero e na descontinuidade de processos biológicos do corpo, justificando e impondo diferenças morais aos comportamentos femininos e masculinos, de acordo com as exigências da sociedade burguesa implantada nos países europeus (Costa, 1995).

Tendo em vista o panorama apresentado a respeito da masculinidade ao longo do tempo, é possível afirmar que a ideia de gênero, primeiramente, pode ser analisada como algo que foi criado (e modificado); portanto, não se refere a uma característica inata da espécie humana. Ademais, o desenvolvimento desses valores sociais, para além de uma perspectiva

categórica, contribuiu para uma segregação que, em sua máxima, sustenta uma ideologia burguesa que funciona com base em exigências de uma classe dominante. Pondo todos esses entendimentos em união, pode-se inferir que há uma relação entre os papéis de gênero e a reafirmação de dinâmicas de poder, tornando-se válido analisar tal relação para além das visões anatomo-fisiológicas até então estabelecidas. O que se observa, em termos gerais, é a necessidade de uma percepção que não se atenha apenas ao sujeito e sua suposta natureza, mas também, à estrutura social em que ele pertence e sua vivência a partir desta.

Para essa finalidade, a psicanálise detém décadas de estudos que buscaram analisar essa realidade além de um determinismo naturalista, entendendo e buscando compreender a relação do sujeito com o ambiente a partir de questões subjetivas fundamentais atreladas a sua gênese e desenvolvimento, saindo de uma perspectiva em que os construtos - tal como a masculinidade - tinham como foco a padronização e adaptação da existência de cada sujeito em relação a um paradigma para um modelo em que o subjetivo seria construído a partir da história de vida de cada indivíduo, respeitando, portanto, sua trajetória. Roussillon (2019, p. 34) apontará a psicanálise como uma dinâmica íntima que possui um cerne principal: uma atenção voltada aos processos psíquicos do sujeito humano, sua realidade e sua vida psíquica. Dessa forma, podemos utilizar da lente psicanalítica para observar o gênero como algo para além da escala puramente categórica; deve-se, com efeito, entender o fenômeno também de forma afetiva.

## 2. Psicanálise e a sociedade enquanto grupo

Dados os apontamentos anteriores em relação ao construto da masculinidade, nos é permitido inferir que para compreender este fenômeno de maneira mais integral, devemos observar as ocorrências tanto numa escala social quanto subjetiva. Desse modo, a psicanálise pode ser vista como uma pedra angular para se analisar o fenômeno em questão, uma vez que ao longo dos escritos psicanalíticos, tais aspectos foram retratados por Freud diversas vezes e merecem luz para pensarmos os pontos propostos. Sendo assim, faz-se pertinente revisitar, primeiramente, uma das obras fundamentais para compreendermos o funcionamento social pela via analítica, sendo ele, *Psicologia das Massas e Análise do Ego* (1921).

No texto em questão, Freud (1921/2011) revisita Gustave Le Bon - um dos pioneiros no estudo de massas - e inicia explicitando as problemáticas epistemológicas que devem ser consideradas no tocante da investigação dos fenômenos grupais, colocando em evidência que tal objeto de estudo não poderia ser plenamente compreendido a partir de perspectivas exclusivamente internalistas ou unicamente coletivas, deveria haver um outro caminho que pudesse ser explorado. Compreendendo este cenário, o pai da psicanálise aponta essa lacuna e faz questão de exaltar o fato de que “a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado” (Freud, 1921/2011, p. 10). Com esse apontamento, o que nos resta é conceber o fato de que o grupo, apesar de ter um funcionamento particular que muitas das vezes transcende o entendimento do mundo individual do sujeito, possui em seu cerne traços de elementos e mecanismos que nós desenvolvemos desde nossas experiências primordiais. Portanto, um grupo, no fim das contas, parte de um traço subjetivo em comum.

Um dos principais pontos levantados na produção supracitada é o fato de que, quando inseridas em grupos, as pessoas envolvidas no espírito coletivo soam como uma consciência una, perdendo traços de razão, intelectualidade e, até mesmo, crença. De acordo com Le Bon (1855, citado em Freud, 1921/2011), o sujeito desenvolve “uma espécie de mente coletiva que o faz sentir, pensar e agir de maneira muito diferente daquela pela qual cada membro dele, tomado individualmente, sentiria, pensaria e agiria” (p. 13).

Para complementar, o autor define a concepção de grupo como:

Um ser provisório, formado por elementos heterogêneos que por um momento se combinam, exatamente como as células que constituem um corpo vivo, formam, por sua reunião, um novo ser que apresenta características muito diferentes daquelas possuídas por cada uma das células isoladamente (1855, citado em Freud, 1921/2011, p. 13)

Posto isso, Freud (1921/2011) decide dar luz a um fragmento pouco explorado até então. Na tentativa de compreender as especificidades do comportamento grupal, ele busca fenômenos semelhantes que interseccionam a maioria das vivências individuais que compõem o funcionamento coletivo e, desta forma, há o estabelecimento de um elo comum entre estes componentes, sendo ele, o conceito de *identificação*. A identificação é um conceito que terá outros sentidos na teoria psicanalítica que serão abordados aqui posteriormente, no entanto, ao propor uma reflexão a respeito das massas, Freud (1921/2011) a designa como a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa. Com raízes no *Complexo de Édipo*, o autor afirma que esse processo psíquico se dá como algo análogo ao momento de assimilação do filho para com a imagem paterna, trazendo, portanto, um caráter primitivo e regressivo às formações de grupo.

Assim, o cenário investigado toma outra face, possibilitando um caminho diferente da interpretação estabelecida por Le Bon em suas postulações. Considerando a inserção dos mecanismos primitivos no comportamento coletivo, Freud agrega e desenvolve a noção de libido atrelada aos laços estabelecidos nesse contexto, uma vez que esta, em termos simples, é definida como uma energia postulada pelo autor como substrato das transformações da pulsão sexual quanto ao objeto (deslocamento dos investimentos), quanto à meta (sublimação, por exemplo) e quanto à fonte da excitação sexual (diversidade das zonas erógenas) (Laplanche & Pontalis, 1967/2001, pp. 265-266). Ademais, para o autor, as relações amorosas constituem a essência da mente grupal, e, de forma geral, o foco, nesse caso, se torna única e exclusivamente o investimento sexual, deixando de lado o senso de limite e individualidade (Freud, 1921/2011, p. 34)

Compreendendo minimamente o que compõe a dinâmica dos grupos, estabelece-se então uma significativa importância em relação a ideia de identificação, e, para além disso, surge o entendimento de que para unir os sujeitos de maneira tão organizada, há de se ter uma figura central, podendo assumir tanto a forma de uma pessoa como de ideologia, que, em geral, representa o papel do líder (Freud, 1921/2011, pp. 36-37). Para Freud (1921/2011), o

líder ocupa um posto semelhante ao que seria denominado como *ideal de Ego*, o qual é produto das experiências primitivas do humano com seus cuidadores, que, em determinado momento, repassam a ideia de um “modelo a ser seguido” baseado em projeções narcísicas dos pais que, via de regras, absorvem isso da sociedade e vivência em que estão inseridos.

Juntamente à compreensão da figura do líder (ou ideal que desempenha esse papel), é importante ressaltar que, por mais concreto que um grupo pareça, existem certas características que corroboram para a manutenção deste como instituição, sendo elas: continuidade da existência; ideologia que possibilite uma relação emocional com o todo; interação com grupos distintos (muitas vezes na forma de rivalidade); tradições, costumes e hábitos, de preferência que relacionem seus integrantes e uma estrutura definida, cada qual com suas "funções" (Freud, 1921/2011, p. 28).

Dessa forma, não é imprudente afirmar que a masculinidade, à sua própria maneira, ocupará um papel nessa dinâmica que irá impor um padrão de existência. Quando Freud (1921/2011, p. 36) diz que tanto na igreja quanto no exército, o líder terá um papel análogo a um substituto paterno, não é em vão. O autor vienense propõe, com base nisso, a concepção de que o nosso psiquismo é regido por ideais que são introjetados a partir das noções de autoridade que temos contato ao longo da vida - expresso conceitualmente como ideal de eu. Sendo assim, é necessário buscarmos tanto a gênese como os desdobramentos destes componentes psíquicos visando entender em que passo a masculinidade se insere neste panorama.

### 3. A gênese do Supereu

Para tomar então a masculinidade enquanto um aspecto ideal que passa a ser inserido no aparelho psíquico ao longo do nosso desenvolvimento, faz-se necessário investigar os componentes do psiquismo que permitem que esse processo aconteça. É pela via superegoica que os ideais serão introjetados e acolhidos na vivência humana (Freud, 1923/2011, p. 33). No entanto, essa instância será inaugurada como produto da introjeção dos primeiros e mais antigos ideais apresentados ao sujeito em sua infância. Dessa forma, é cabido ao momento uma contextualização do espírito do tempo da psicanálise para compreendermos de forma mais completa o conceito do Supereu e seus impactos na discussão em questão.

Como aponta Edler (2008, p. 25), durante a elaboração de suas postulações, Freud irá propor um tripé para analisar os fenômenos sob a ótica do que denominou como “metapsicológico”. É pela tríade das dimensões tópicas, dinâmicas e econômicas que a teoria psicanalítica irá se constituir, tomando cada um desses pontos como fundamentais para compreender o funcionamento psíquico do sujeito e as decorrências que podem surgir a partir disso. Nesse tocante, o contato clínico se tornou um vetor essencial no processo de investigação, uma vez que o substrato primordial de análise era extraído das demandas vindas da comunidade beneficiária desta dinâmica terapêutica de Sigmund.

No momento em que o autor se debruçou a entender a melancolia enquanto quadro clínico, lacunas teóricas começaram a surgir. É na concepção de narcisismo - conceito que terá grande participação no mecanismo melancólico -, que Freud irá encontrar dificuldades de sustentar o paradigma estabelecido por sua *Primeira Teoria Pulsional e Primeira Tópica* (Edler, 2008, p. 26). Compreendendo que ao longo do desenvolvimento psicosexual da criança, o corpo do bebê, na medida em que se complexifica, pode tomar a si mesmo enquanto objeto de investimento libidinal; e que essa capacidade, na concepção freudiana, não é presente desde o nascimento, e sim adquirida; então, para o autor, “algo deve acrescentar-se ao auto-erotismo, uma nova ação psíquica, para que o narcisismo se constitua” (p. 74). A ação psíquica em questão é denominada como Eu, ou seja, “o primeiro esboço de unificação (*Einheit*), uma experiência inicial, ainda que precária, do corpo. É a emergência do Eu que fornece condições e contorno ao narcisismo. Mas, com o surgimento do narcisismo, o Eu passa a ser investido libidinalmente” (Edler, 2008, p. 26).

Entendendo o patamar conflitivo da teoria neste dado momento, reformulações foram necessárias para dar seguimento ao trabalho psicanalítico. Com efeito, Freud irá destrinchar novas formas de se observar o sujeito, dando início a um minucioso processo de reelaboração do modelo das estruturas psíquicas. No texto *O eu e o isso* (1923/2011), o vienense irá acrescentar novas concepções no paradigma proposto pela primeira tópica - que diz a respeito dos níveis de consciência do aparelho psíquico (consciente, pré-consciente e inconsciente) -, complexificando a interação das instâncias com o resto do aparelho psíquico. Dessa maneira, novas proposições a respeito da dimensão tópica do sujeito se mostravam como essenciais, o que foi explorado no escrito em questão.

Numa simplificação drástica dos conceitos para fins didáticos, podemos propor o surgimento de três novas instâncias: o Isso, o Eu e o Supereu. Cada uma possui um caráter único na composição do sujeito, tendo papéis distintos, porém, interdependentes em termos de funcionamento. Como o intuito de minha escrita é de esclarecer a gênese e desenvolvimento do Supereu, irei expor de maneira reduzida a conceituação do Eu e do Isso, meandrando suas noções de acordo como for necessário.

A partir das investigações clínicas e do trabalho interpretativo na dimensão teórica, Freud atribuirá relações topográficas entre as instâncias psíquicas supracitadas, definindo-as em consonância com seus níveis de interação com a consciência, “chamando de Eu a entidade que parte do sistema *Pcp* [*perceptivo*] e é inicialmente *pcs* [*pré-consciente*], e de Isso, [...] a outra parte da psique, na qual ela prossegue, e que se comporta como *ics* [*inconsciente*]” (Freud, 1923/2011, p. 21). Sendo assim, apreende-se que a parcela do psiquismo que mantém contato com o mundo exterior é definida como Eu, que, por sua vez, é passível de influência de outras estruturas internas.

Freud, em um determinado momento, irá propor uma visão a respeito do Isso como um “reservatório”, sendo o ponto inicial daquilo que irá ser posto como substrato energético das transformações da pulsão sexual, ou seja, a libido (Freud, 1923/2011, p. 61). A libido, enquanto componente quantitativo do aparelho psíquico, será investida em algo - seja do interior do sujeito ou de seu exterior - com base nas experiências de vida do ser. Esse algo muitas vezes é expresso como representações ou conteúdos que lhe darão movimento. Esse movimento é dado a partir da relação dinâmica e entrelaçada dos investimentos libidinais com a vida psíquica inconsciente do sujeito. Vale ressaltar que “o Eu não é nitidamente separado do Isso; conflui com este na direção inferior. [...] Um indivíduo é então, para nós, um Isso [um algo] psíquico, irreconhecido e inconsciente, em cuja superfície se acha o Eu, desenvolvido com base no sistema *Pcp*, seu núcleo” (Freud, 1923/2011, pp. 21-22).

Expressas as considerações anteriores, Freud buscará complexificar ainda mais a composição do aparelho psíquico ao afirmar que o Eu, apesar de ser o representante e remetente do mundo exterior no psiquismo e ter relações intrínsecas com o Isso - posto numa dimensão inconsciente -, possui um aspecto para além destes. De acordo com o autor, “se o Eu fosse apenas a parte do Isso modificada por influência do sistema perceptivo, o representante do mundo externo real na psique, estaríamos diante de algo simples. Mas há outras coisas a serem consideradas” (Freud, 1923/2011, p. 25).

É nessa lacuna que surgirá o conceito de *Supereu ou ideal de Eu* (dado nesse momento como sinônimo do primeiro), parcela do aparelho psíquico que possui uma relação menos estreita com a consciência - tal como o Isso - e que desempenha um papel crítico, abrigo em si aquilo que o sujeito entenderá por “moral” ou “elevado” (Freud, 1923/2011, p. 33).

De forma geral, Freud atribuirá ao Supereu a ocupação de estrutura definidora e reguladora dos valores sociais, tendo uma certa influência filogenética - herdando juízos necessários para manter o rumo do processo civilizatório -, porém, sendo impactada principalmente pela ordem da vivência edípica, que moldará paulatinamente a maneira com que o sujeito se relaciona com o mundo:

Enquanto o Eu é essencialmente representante do mundo exterior, da realidade, o Supereu o confronta como advogado do mundo interior, do Isso. Conflitos entre Eu e ideal refletirão em última instância — agora estamos preparados para isso — a oposição entre real e psíquico, mundo exterior e mundo interior. (Freud, 1923/2011, p. 33).

Entendendo sua função, faz-se necessário compreender o contexto de sua emergência no psiquismo e como essa estrutura irá se relacionar com as outras instâncias do aparelho do sujeito. Para tanto, devemos revisitar o fenômeno denominado como *Complexo de Édipo*, momento crucial do desenvolvimento que será determinante para apreender aspectos como: escolhas objetais, processos identificatórios, constituição do Supereu e do caráter do Eu e dissolução do Édipo. Ter ciência dos processos apresentados confere ao sujeito subsídios para que este possa tomar posse de sua existência, entendendo suas inclinações com base em sua história de vida e apropriando-se dela.

Freud dirá que “quando o Eu não consegue dominar o complexo de Édipo, o investimento de energia deste, oriundo do Isso, volta a operar na formação reativa do ideal do Eu” (1923/2011, p. 36). Dessa maneira, percebe-se que a não elaboração do processo, em muitos casos, “torna compreensível que velhos conflitos do Eu com os investimentos objetais

do Isso possam prosseguir em conflitos com o herdeiro destes [Supereu]" (Freud, 1923/2011, p. 36).

Sendo assim, a assimilação da gênese da estrutura superegoica se dá como uma demanda crucial para perceber de maneira mais completa o sujeito e sua história desenvolvimental. Freud, ao longo do texto "*O Eu e o Isso*", vai discorrer a respeito da ideia de que o Eu enquanto estrutura é concebido a partir de um outro, propondo que "o caráter do Eu é um precipitado de catexias objetais abandonadas e ele contém a história dessas escolhas de objeto" (1923/2011, p. 26), ou seja, o Eu é aquela parte do Isso que foi modificada pela influência direta do mundo externo, processo esse que não ocorre sem consequências. É no abandono simbólico dos cuidadores expressos como objetos de desejo - ponto que anuncia a dissolução edípica - que irão surgir os primeiros vestígios do Supereu. A relação triangular e dinâmica entre o Eu, o objeto de desejo e objeto que exerce obstáculo ao desejo causa alterações significativas e estruturantes na instância egoica.

É nesse contexto que devemos compreender, portanto, o desenlace desse pivô do desenvolvimento psicosssexual do sujeito - o Édipo. Antes de mais nada, vale a pena acentuar o caráter simbólico empregado por Freud na nomenclatura do fenômeno em questão. Ao fazer menção à figura da mitologia grega, o autor vienense enunciará nas entrelinhas uma importante dimensão do acontecimento edípico. Retomando o mito, nota-se uma sequência trágica de acontecimentos que culminam na perpetuação de um destino absurdo e inevitável, expressos pelo nascimento do menino Édipo que, ao ser incumbido pelo oráculo como receptáculo de uma profecia - esta, por sua vez, composta por um iminente parricídio (assassinato do pai) e incesto -, é atravessado por uma série de evitações que, paradoxalmente, dão concretude a predição antes feita. Apesar do esforço dos genitores de evitar o destino, ele acontece da mesma maneira, ignorando o caráter consciente e racional apresentado pelos personagens. Sendo assim, é o componente inconsciente deste fenômeno que nos chama a atenção, pois, de modo análogo, ao observarmos o núcleo familiar, a prole mantém uma conexão com os objetos parentais numa dinâmica que ocorre na escala inconsciente, dando direções determinantes a sua vida, apesar de estas, com efeito, lhe escaparem da inteligibilidade - ao menos, num primeiro momento. Posto isso, podemos submergir ao fenômeno edípico em si.

Quando observamos o nascimento de uma criança, estamos nos deparando com um organismo que até o momento gozava de uma sustentação completa de suas necessidades ancorado na figura de sua genitora. O ser, no âmbito intrauterino, terá uma existência pautada numa espécie de simbiose, recebendo os recursos - nesse momento, principalmente da ordem

material - necessários para se desenvolver até estar suficientemente formado para ser expelido do útero. Ao nascer, a prole não mantém as vias de alimentação que um dia tivera na barriga da mãe; portanto, é através de outra via que a cessação de necessidades básicas - vide a fome - irá ocorrer, que, no caso, será o seio materno. A partir da conexão entre uma pulsão de autoconservação e o estabelecimento de zonas erógenas com base na amamentação, Freud irá propor o conceito de *apoio*. Nesse tocante, Garcia-Roza dirá que a dinâmica do apoio poderá ser corretamente resumida no “apoio da pulsão sobre ‘uma das funções somáticas vitais’, isto é, sobre o instinto” (1985, p. 104). Uma vez estabelecido esse vínculo de apoio entre as funções somáticas vitais e a pulsão, o bebê passa a operar numa via que foge do simples controle instintual, inserido-se, aos poucos, no âmbito social.

Esse processo de inserção ocorrerá paulatinamente durante seus primeiros anos de vida, tendo como principais figuras ativas e mobilizadoras os objetos parentais. Sendo assim, a criança irá seguir um modelo de existência pautado no microcosmo do núcleo familiar, tirando dali as primeiras concepções do que ela considera como mundo. É nesse contexto que, num movimento natural de direcionar suas pulsões, a prole se aperceberá das funções de cada um dos cuidadores, irrompendo, dessa maneira, uma dinâmica de desejo e interdição com estes. No começo de sua obra, Freud colocará como vitrine do Édipo o seu desfecho simples e positivo, composto pelo apaixonamento do menino pela mãe que, ao ser interditado pelo pai, desinvestirá sua libido do âmbito familiar de modo a direcioná-la ao mundo externo (Freud, 1923/2011, p. 30). Entretanto, no texto *O Eu e o Isso*, o autor assumirá que essa configuração não é a mais comum e foi adotada apenas com fins didáticos, partindo assim, para uma explicação mais elaborada utilizando os conceitos de bissexualidade universal e triangulação do Édipo para elucidar a complexidade do fenômeno (Freud, 1923/2011, p. 30).

Na nova proposição do vienense, a criança terá uma espécie de relação configurada na forma de espectro, tomando tanto o pai quanto a mãe como figuras de desejo e interdição, variando as magnitudes de acordo com as especificidades do desenvolvimento edípico (Freud, 1923/2011, pp. 30-31). São essas variações que darão origem às posteriores escolhas de objetos e identificações.

É claro a nós, portanto, que no desenrolar da situação edípica o cenário familiar passa a ser hostil, considerando que a criança, apesar de crescer e desejar, ainda não alcança o objeto de desejo que tanto almeja devido à própria da configuração da família. “Assim (como o pai) você não pode ser, isto é, não pode fazer tudo o que ele faz; há coisas que continuam reservadas a ele” (Freud, 1923/2011, p. 31). Nesse sentido, vê-se no pai - ou melhor dizendo, na função paterna - o principal obstáculo para atingir tal desejo, instituindo, assim, uma

hostilidade na situação. Desta maneira, é possível notar uma herança filogenética que Freud irá atribuir aos sentimentos hostis direcionados às figuras interventoras. Em *Totem e tabu* (1930), e, posteriormente, sendo resgatada no texto *O Mal-estar na civilização* (1930), o autor retoma a ideia do humano primitivo que, nos primórdios, organizava-se a partir de uma dinâmica de horda, tendo um patriarca tirano como o centro de sustentação e força do grupo, representando a potência e a ordem do arranjo populacional, uma figura de liderança e poder. É no questionamento e no rechaçamento dos integrantes da horda para com seu líder - o pai - que será ocasionada uma nova configuração social, saindo de um sistema patriarcal para um outro, desta vez fraterno - apesar de manter simbolicamente o pai vivo enquanto lei - (Freud, 1913/2013, p. 105). Nessa passagem, de modo a estabelecer um sistema diferente do anterior, os integrantes partem do parricídio cometido como uma forma de criar novos costumes: se os homens primitivos sacrificaram seu pai primitivo e fundaram em comum as restrições do totemismo, e entre elas a principal, a renúncia às mulheres que haviam sido as mulheres do pai (Freud, 1913/2013, p. 64). Com a complexificação do tabu do incesto na configuração familiar moderna, é possível compreender os traços análogos e simbólicos que são carregados pelas gerações nas maneiras de se relacionar com seus semelhantes.

Retomando a situação edípica, conseguimos apontar, portanto, uma espécie de origem para a dinâmica hostil. Apesar disso, não só de hostilidade vive este laço; ainda num exercício de retrospecto filogenético, Freud atribuirá uma ambivalência no parricídio primordial cometido pelos integrantes da horda. Ao sustentar a tese de que o sentimento de culpa humano remonta o cenário de assassinio do pai, o autor dirá:

Esse arrependimento era resultado da primordial ambivalência afetiva perante o pai, os filhos o odiavam, mas também o amavam. Depois que o ódio se satisfiz com a agressão, veio à frente o amor, no arrependimento pelo ato, e instituiu o Supereu por identificação com o pai, deu-lhe o poder do pai, como que por castigo pelo ato de agressão contra ele cometido, criou as restrições que deveriam impedir uma repetição do ato (Freud, 1930/2010, p. 66).

Nesse tocante, de modo a sustentar uma organização fraternal nos moldes como a civilização contemporânea apresenta, o sujeito precisaria conter sua agressividade para com a figura que limita a realização de seu desejo, nutrindo o sentimento terno que existe na relação e, para além disso, direcionando suas pulsões antes restringidas ao cerne familiar para fora deste núcleo, simbolicamente ampliando sua existência em direção à sociedade como um

todo. É essencial compreender que durante esse processo de emancipação da prole, as dinâmicas próprias da família instituem os primeiros traços de seu aparelho psíquico; logo, apesar de ser lançado à sociedade em busca de satisfações de suas demandas pulsionais, isso não ocorrerá de maneira aleatória. É na complexidade e intensidade das escolhas edípicas que o Eu se formará inicialmente, dando direção à vivência da criança fora do âmbito familiar.

Com isto posto, é possível apreender o abundante impacto das figuras parentais na configuração do sujeito; Freud dirá que, sobretudo nas primeiras fases do desenvolvimento, o Supereu e caráter do Eu serão produtos de um precipitado dos investimentos objetais abandonados, contendo em si a história dessas escolhas de objeto (1923/2011, p. 26). Sendo assim, torna-se prudente a nós investigar as especificidades desse processo, buscando extrair a essência do que permitirá ao Eu do sujeito tomar uma forma.

Como apontado anteriormente pelo vienense, o caráter do Eu será estabelecido a partir de uma condição *sine qua non*, sendo ela, o abandono de investimentos objetais. Essa proposição causa um impacto paradigmático nas concepções a respeito do desenvolvimento psicosexual do sujeito, pois, numa leitura mais aprofundada, conseguimos entender que o Eu, portanto, é fundamentalmente estruturado no abandono, na falta. É nessa direção que Freud esmiuçarà esse fenômeno, atribuindo à natureza do dinamismo das instâncias psíquicas a gênese desse processo. O Isso, enquanto reservatório da libido, terá demandas pulsionais que alcançarão o Eu e fará com que este, por sua vez, lide com essa carga energética. Num cenário ideal, o Eu estabelece uma direção a essa pulsão, deslocando-a para um objeto e criando, assim, uma relação de investimento. Quando o objeto investido por algum motivo desaparece dessa equação, o Eu - ainda responsável pela demanda do Isso - tem de se desdobrar para restabelecer um equilíbrio no aparelho psíquico; é nesse tocante que o componente egoico transformará o investimento no objeto em algo ensimesmado, transmutando o que era uma libido objetal em uma libido narcísica (Freud, 1923/2011, p. 27). Esse procedimento ocorrerá diante da seguinte condição: para suprir a exigência do Isso, o Eu, quase que num papel de subserviência, irá se reestruturar agregando em si partes do objeto desaparecido, tentando, de certo modo, tornar-se aquilo que houvera investido e posteriormente perdeu.

Se o Eu assume os traços do objeto, como que se oferece ele próprio ao Isso como objeto de amor, procura compensá-lo de sua perda, dizendo: ‘Veja, você pode amar a mim também, eu sou tão semelhante ao objeto’ (Freud, 1923/2011, p. 27).

Vale ressaltar que esse movimento do Eu ocorre com grande frequência durante a vida do sujeito; no entanto, em termos de impacto, “serão gerais e duradouros os efeitos das identificações iniciais, sucedidas na idade mais tenra” (Freud, 1923/2011, p. 28). Ou seja, apesar de replicarmos a precipitação de traços dos objetos perdidos no Eu em demasia ao longo das nossas relações, a pioneira será a de maior influência em nosso psiquismo, nos dando recursos para vivenciarmos precipitações futuras. Desta forma, nos resta apenas localizar a maneira com que as figuras parentais são introduzidas nesta dinâmica, permitindo, assim, a compreensão do cenário de gênese da instância superegoica.

Retomando novamente a estrutura edípica, já nos é esclarecido que a criança tomará ambos os pais como objetos de desejo e identificação. A partir do embate estabelecido pela figura interventora ao impedir o alcance da prole ao objeto de desejo, também já nos foi elucidado que o pequeno será simbolicamente lançado para fora do círculo familiar, de modo a buscar a satisfação deste desejo que, por sua vez, é pautado neste cenário primário. Nesse momento, o desenvolvimento do sujeito sucederá com base naquilo que Freud denominou como “começo em dois tempos da vida sexual” (1923/2011, p. 32), ponto este que se dará pela inibição do investimento da libido direcionada à meta sexual, sendo deslocada, ao invés disso, para o âmbito social. Este *período de latência* - nome que o autor atribui ao fenômeno - indicará a dissolução do Complexo de Édipo, sinalizando, também, a complexificação do aparelho psíquico do sujeito.

Por conseguinte, o fim da situação edípica traz consigo produtos no psiquismo:

As quatro tendências nele existentes se agruparão de forma tal que delas resultará uma identificação com o pai e uma identificação com a mãe, a identificação com o pai mantendo o objeto materno do complexo positivo e ao mesmo tempo substituindo o objeto paterno do complexo contrário; as coisas sucederão de forma análoga na identificação com a mãe. O peso maior ou menor das duas disposições sexuais será refletido na diferente intensidade das duas identificações (Freud, 1923/2011, pp. 30-31).

É nesse panorama que poderemos pensar a gênese do Supereu:

Podemos supor, então, que o resultado mais comum da fase sexual dominada pelo complexo de Édipo é um precipitado no Eu, consistindo no estabelecimento dessas duas identificações, de algum modo ajustadas uma à outra. Essa alteração do Eu conserva a sua posição especial, surgindo

ante o conteúdo restante do Eu como ideal do Eu ou Supereu (Freud, 1923/2011, p. 31).

No entanto, é essencial ressaltar que não somente destas precipitações será composta a instância superegoica. Com efeito, há uma parcela que é estabelecida por uma formação reativa ao Isso, internalizada a partir das repressões e recalques vividos durante o Complexo de Édipo. Por formação reativa, compreende-se como um contrainvestimento de um elemento consciente, de força igual e de direção oposta ao investimento inconsciente (Laplanche & Pontalis, 1967/2001, p. 200). Desta forma, uma ambivalência se apresentará no aparelho psíquico em relação ao objeto, pois, apesar de ganhar uma “bússola moral” ao processar a introjeção do Supereu, essa instância também colocará limites àquilo que o sujeito deseja:

Sua relação com o Eu não se esgota na advertência: ‘Assim (como o pai) você deve ser’; ela compreende também a proibição: ‘Assim (como o pai) você não pode ser, isto é, não pode fazer tudo o que ele faz; há coisas que continuam reservadas a ele’ (Freud, 1923/2011, p. 31).

É dessa maneira, portanto, que iremos estruturar os parâmetros de moralidade e ordem que darão direção a nossa vida. Faz-se prudente apontar também que o Supereu conservará traços dessa relação infantil com a figura paterna, expressando-os a partir da severidade do domínio da parcela superegoica sobre o Eu, assumindo a forma de consciência moral (Freud, 1923/2011, p. 31).

Sendo assim, podemos pensar sem grandes problemas que o aparelho psíquico do sujeito será atravessado por inúmeros conflitos na relação interior-exterior, tendo o Isso como reservatório da libido e instância que, de modo geral, realizará as demandas pulsionais; o Supereu, como herdeiro do Édipo e advogado do mundo interno (Freud, 1923/2011, p. 33); e o Eu, expresso como representante da realidade material e mediador das perturbações do psiquismo que surgirão na oposição real-psíquico (Freud, 1923/2011, p. 33).

Nessa direção, o autor vienense concluirá suas concepções sobre a gênese da instância superegoica, apontando a prevalência do inconsciente nos fenômenos psíquicos:

A profusa comunicação entre esse ideal e esses impulsos instintuais ics resolve o enigma de o ideal mesmo poder ficar em grande parte inconsciente, inacessível ao Eu. A luta que já se deu nas camadas mais profundas, e que não chegou ao fim mediante rápida sublimação e

identificação, prossegue numa região mais elevada, como na pintura de Kaulbach sobre a Batalha dos Hunos (Freud, 1923/2011, p. 36).

Ao compreender a gênese da estrutura que abriga os ideais sociais internalizados durante a história de vida do sujeito - o Supereu -, podemos seguir para um posterior passo de análise, buscando ter ciência dos mecanismos que essa instância psíquica goza para manter a dinâmica de moralidade por ela proposta.

#### 4. Culpa, cultura e controle

As discussões sobre gênero e suas atribuições há muito permeiam o imaginário social, assumindo suas mais variadas formas de acordo com o contexto em que são levantadas. Presentes no discurso científico, contos, mitologias, escritos religiosos e até mesmo no cotidiano banal, as noções enrijecidas de “homem” e “mulher”, postas numa binariedade dialética, são apresentadas e passadas de geração em geração, assumindo ligeiras alterações que, de modo geral, impactam de maneira ínfima sua função perante o corpo social como um todo, já que apesar das mudanças paradigmáticas em relação aos construtos postos em evidência, um sistema patriarcal se manteve ao longo destes extensos séculos. Tomando a sociedade em sua totalidade, percebe-se que, apesar das mudanças que o campo do gênero ostenta ao longo do processo civilizatório, o objetivo agregado em si permanece o mesmo desde o princípio. Num exercício de retrospectiva histórica, consegue-se extrair dos conceitos de “masculino” e “feminino” uma essência que nos esclarece o papel desempenhado por cada um na dinâmica social. É o poder, em tese, que estabelece um laço comum neste fenômeno, criando, portanto, um gradiente quantitativo entre estas duas categorias contraditórias.

Num mundo em que existem “coisas de homem” e “coisas de mulher”, um representa a atividade, enquanto o outro, a submissão. A relação opositiva entre os grupos em questão acaba por propor uma direção na atribuição do poder. Tudo o que é relacionado ao “masculino” é dado como virtuoso e normativo, enquanto o feminino, sustenta uma posição de suporte a esta outra categoria posta como superior. É assim que as estruturas de dominação irão determinar maneiras efetivas de realizar uma manutenção do sistema de monopólio do poderio com base numa ideologia imposta na cultura. Sendo assim, estes constructos, com efeito, contribuem para a sustentação da estrutura de dominação ideológica daqueles que gozam do domínio da ordem social, sem compreender a dimensão das identidades subjetivas que cada um possui no campo das potencialidades.

Desta forma, é válido prestar uma atenção especial no mecanismo de internalização dos valores culturais na história do desenvolvimento psicosssexual do humano, pois, é neste momento que são introjetadas as noções expostas até então, estas que, como dito anteriormente, alimentam uma lógica sistêmica dominadora, sem auxiliar o sujeito a atingir uma ascensão à sua própria identidade.

No capítulo VII da obra *O mal-estar na civilização* (1930), Sigmund Freud afirma que a cultura, através de meios que o próprio autor busca identificar e explicar, vive uma constante luta para inibir, tornar inofensiva ou até mesmo eliminar a agressividade que

insurge nas relações intrínsecas da humanidade, protagonizando assim, uma luta ambivalente entre Eros e a morte, ordem e desordem, representados pela tendência de se criar vínculos libidinais a partir de pulsões de vida, enquanto uma força contrária atua de modo a erradicá-los, com base em pulsões primitivas destrutivos (Freud, 1930/2010, pp. 58-59). A cultura assumirá uma clara posição neste conflito, agindo consoante à pulsão de vida que acompanha este processo de estabelecimento da vida humana. Ela é posta como um programa que se opõe à pulsão natural de agressão dos seres humanos, dessa forma, instituindo uma luta vital da espécie que cria uma dinâmica ímpar na maneira com que estes se relacionam (Freud, 1930/2010, p. 58). É neste modo de se relacionar com um outro que encontramos os valores que compõem as identidades culturais na sociedade, portanto, a ideologia de uma comunidade será estabelecida em congruência com aquilo que esteja no campo da ordem. É válido ressaltar então que esta, por sua vez, surge como um instrumento de controle para os pulsões destrutivas, que muitas vezes irão estar ligados ao desejo e/ou prazer, o que, por si só, não é necessariamente prejudicial para o sujeito. Sendo assim, é para e pelo agente externo - ou seja, a cultura - que irão ser determinados os parâmetros desta ordem - ou melhor dizendo, o bem e o mal (Freud, 1930/2010, p. 60), criando uma conexão entre o Eu e aquilo que está estruturado fora deste campo interno, buscando um equilíbrio das forças destrutivas do desejo e a insurgência de vínculos libidinais pelos sujeitos.

Ainda explorando o componente cultural, a ordem que sustenta o bem-estar social goza de um mecanismo específico que mantém este funcionamento sem mobilizações contrárias expressivas, sendo ele, o *sentimento de culpa*. Freud irá propor a existência de uma relação entre a renúncia das pulsões destrutivas e a culpa, afirmando que “a cultura obedece a um impulso erótico interno, que a faz unir os homens em uma massa intimamente ligada, e que só pode alcançar esse fim mediante um fortalecimento cada vez maior do sentimento de culpa” (Freud, 1930/2010, p. 67). Desta maneira, numa tentativa de controlar a ordem, a cultura colocará no sujeito o papel autovigilante de reforçar o que é “bom” e punir aquilo que é “mau”. Tal função é desempenhada pela estrutura superegoica, a qual, como já foi dito, será desenvolvida no Complexo de Édipo e terá sua ascensão pautada na relação do Eu com uma autoridade externa, ponto este que terá profundo impacto na formulação da concepção de cultura deste sujeito.

Entendendo superficialmente os componentes presentes nas relações do homem com a cultura e as funções que estes desempenham, faz-se necessário um aprofundamento dos mecanismos envolvidos no processo em questão, portanto, tomo a liberdade de iniciar o

esclarecimento a partir do cerne do controle cultural, representado, principalmente, pela gênese do sentimento de culpa.

Em suas postulações, Freud irá acentuar dois momentos categoricamente relevantes para compreender a introjeção da culpa no sujeito, sendo um pré-edípico, enquanto o outro, vivido após esta etapa (Freud, 1930/2010, p. 60). Tomando como exemplo um núcleo familiar clássico, nesta primeira fase, o pai representará o contato inicial da prole com a autoridade, enquanto a mãe, por sua vez, terá o papel de introduzir de forma pioneira o desejo no desenvolvimento psicosssexual da criança. Vale ressaltar o caráter ambivalente que o vínculo parental apresenta, uma vez que, enquanto um dos genitores terá conexão com uma representação de satisfação, o outro será quem colocará condições para que esta aconteça. Sendo assim, gradativamente o bebê será exposto ao que é autorizado a ser feito para realizar o desejo e também sua negativa, criando critérios que por ele serão internalizados. É a partir dessa etapa que o sujeito iniciará seus laços com a cultura, tendo a figura paterna como intermediário desse processo.

Ocupando a função de autoridade, o genitor será responsável pela posição de influência externa que vigiará, e se necessário, punirá a criança, portanto, haverá a irrupção de elementos nocivos na relação do pequeno com o desejo, que resultarão numa tradução de ameaças do mundo material perante sua satisfação na forma de projeções do seu aparelho psíquico em direção à realidade, ou seja, pelo receio da punição, a criança passará a apresentar medos que impedirão uma relação plena com a satisfação pulsional. Consoante a Freud, destas projeções, as principais são representadas pelo desamparo advindo da extrema dependência - tanto material, quanto simbólica - do bebê com os pais, o medo da demonstração de poder da autoridade na forma de castigo, e, principalmente, a angústia da perda do amor (Freud, 1930/2010, p. 60).

Em suma, a culpa surgirá como um instrumento de controle que colocará limites em nossos atos, ameaçando de formas simbólicas e pragmáticas a realidade de quem dela sofre e utilizando do medo internalizado como ferramenta de imposição da ordem. No entanto, essa primeira etapa da gênese da culpa possui algumas peculiaridades, pois o Supereu - instância psíquica que abriga o mecanismo em questão - ainda não foi estruturado e está sendo desenvolvido de acordo com o decorrer deste processo. A relação do bebê com a autoridade se dará numa “culpa primitiva”, o que Freud denominará como uma espécie de “medo social” (Freud, 1930, p. 60). Nesta fase, o desejo é passível de punição apenas no momento em que a autoridade toma ciência dele, logo, por estar localizada externamente, não há como ela ter contato com o pensamento da criança, e, até mesmo, com a realização velada da satisfação

deste sujeito. Cabe explicitar que, na composição deste vínculo pai-filho, existe uma agressividade do menor em direção à autoridade que surge pelo papel vigilante que o genitor apresenta para com o seu desejo, sendo assim, há um componente agressivo na natureza desta conexão, que será deslocada futuramente de acordo com o desenvolvimento da prole.

É no estabelecimento do Supereu - ponto esclarecido previamente - que esta dinâmica muda. O que antes representava perigo apenas perante ao externo, nessa etapa, terá um funcionamento diferente. Baseada em uma série de processos identificatórios, a criança acolherá dentro de si a autoridade intocável a partir da renúncia desta agressividade anteriormente citada, desenvolvendo assim, uma instância psíquica que é capaz de desempenhar o mesmo papel vigilante antes atribuído ao genitor. A sustentação deste papel acontece, principalmente, pela influência ocasionada pela gênese do Supereu, que, de modo geral, faz o sujeito continuar a viver o passado e superado, manifestando-se no fato de que “no fundo a coisa permanece como era no início” (Freud, 1930/2010, p. 61). Ademais, a relação entre o Supereu e o Eu, com efeito, surge pelo retorno das relações reais entre o Eu primitivo e um objeto externo (autoridade), porém, com uma clara deformação exercida pelo desejo (Freud, 1930, p. 64), o que justifica o caráter agressivo da estrutura superegoica.

É assim que a culpa, antes marcada pela dependência com o agente externo e expressa na forma de uma culpa primitiva, passa a ser introjetada no psiquismo do sujeito. Junto da mudança topográfica do fenômeno, surgem impactos significativos em seu funcionamento no aparelho psíquico. Freud (1930) irá propor que:

Toda renúncia instintual torna-se uma fonte dinâmica da consciência, toda nova renúncia aumenta o rigor e a intolerância desta, e, se pudéssemos harmonizar isso melhor com o que sabemos da história da origem da consciência, seríamos tentados a defender a tese paradoxal de que a consciência é resultado da renúncia instintual, ou de que esta (a nós imposta do exterior) cria a consciência, que então exige mais renúncia instintual (p. 63).

Sendo assim, a partir da introjeção da culpa, a realidade material experienciada passa a ter uma função caracterizada pelo reforçamento constante desta renúncia primordial, gerando o efeito - que nota-se em demasia na cultura - de suprimir possíveis tendências transgressoras dos sujeitos pertencentes a esta ordem. É neste ponto em que a crença do masculino - posta enquanto valor virtuoso e hegemônico - irá desempenhar uma apropriação deste sentimento de culpa para manter um parâmetro daquilo que se encaixa na masculinidade e aquilo que lhe

foge. Seguindo essa lógica, toda e qualquer disforia relacionada aos valores dos homens é punida primeiramente pela culpa e, posteriormente, pela cultura.

Nesse cenário, é comum vermos duas posturas perante o fenômeno: a fuga ou o enfrentamento. Para aqueles que enfrentam, percebe-se um passo em direção à vida e ao viver, podendo, apesar dos possíveis infortúnios externos, construir-se a partir de suas verdadeiras identificações. Já aqueles que fogem, apenas lhes restam um futuro de supressões, considerando que “a renúncia instintual já não tem efeito completamente liberador, a abstenção virtuosa já não é recompensada com a certeza do amor; um infortúnio que ameaça a partir de fora é trocado por uma permanente infelicidade interna, a tensão do sentimento de culpa.” (Freud, 1930, pp. 62-63).

É nesse sentido que faz-se necessário refletir a articulação entre masculinidade, cultura e culpa. Considerando um cenário em que o sujeito deve buscar a apropriação de sua história de vida e o desenvolvimento de sua identidade com base nesse retrospecto, os aspectos supracitados agem de modo a intervir nesse processo. A construção de uma sociedade masculinista, no fim das contas, contribui para o estabelecimento de uma massa que replica valores adoecedores sem questioná-los de modo incisivo. O porquê disso? Permito-me elaborar de forma mais estruturada no próximo tópico.

## 5. Discussão

O exercício de análise da trajetória histórica dos conceitos acerca da masculinidade, somados com a compreensão dos mecanismos que auxiliam em sua manutenção, permitem uma leitura a respeito do fenômeno que, no mais, possibilita uma postura crítica, desconstrutiva e reflexiva para esta categoria apresentada. Quando imaginamos a dualidade masculino-feminino, partimos de uma reflexão infectada pelo peso hegemônico que este paradigma de gênero detém na sociedade contemporânea. No entanto, ao observar o retrospecto dessa discussão, somos inclinados a reconhecer a volatilidade que existe nas concepções que circundam tal tema. É nessa lacuna que o trabalho de construção de novas masculinidades se encontrará.

Quando Freud articula a concepção de culpa com a estrutura psíquica que é responsável pela introjeção dos valores sociais no sujeito - o Supereu -, de algum modo ele nos autoriza a fazer uma conexão entre uma realidade política e sua tradução na vivência subjetiva. O que é dado como valor social, em última instância, cumpre um papel na manutenção de uma estrutura de sociedade que é regida por poucos. Segundo o filósofo marxista Gramsci:

A hegemonia é obtida e consolidada em embates que comportam não apenas questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, mas envolvem também, no plano ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se. Portanto, a hegemonia não deve ser entendida nos limites de uma coerção pura e simples, pois inclui a direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo (Gramsci, 2002b, p.65).

Mediante a essa leitura de hegemonia, podemos compreender que a masculinidade, enquanto valor hegemônico, apenas mantém um paradigma que não considera o sujeito como alguém em sua singularidade, mas sim, como uma peça para a sustentação de um modelo de autoridade que, de modo geral, beneficia uma parcela ínfima da sociedade. Partindo desse

pressuposto, não só é válido, como também é revolucionário, pensarmos em formas do “ser masculino” que superem essa lógica sistêmica.

Ademais, vale acentuar que o conceito de o que é masculino, como apresentado ao longo do escrito, não possui um caráter fundamentalmente “interior” ou “exterior” quando pensamos na essência do termo. Uma das grandes contribuições psicanalíticas à essa discussão é dada justamente neste tocante; as dinâmicas de gênero, em geral, não ocorrem de forma estritamente individual ou coletiva, mas surgem de uma constante interação entre o sujeito e o ambiente social em que está inserido. Quando tomamos como norte o avanço epistemológico freudiano da elaboração do Eu enquanto uma instância psíquica fundamental, observamos com clareza o nível de influência que o meio desempenha no sujeito, ponto esse que se intensifica à medida que este ganha tempo de vida e experiência. A inserção do ser na sociedade, portanto, terá um impacto estruturante na identidade daquele que é submetido a este sistema; no entanto, vale dizer que em momento algum esse panorama é dado como determinado e imutável. Para esta questão, podemos tomar duas vias principais de reflexão: a coletiva e a subjetiva. Apesar da divisão categórica, é fato que ambas possuem um nível de interação intrínseco, tornando difícil uma articulação separada entre os dois pontos. Entretanto, para fins didáticos, faz-se prudente tal cisão.

Ao fundamentar a masculinidade enquanto um conceito construído, há um desmonte no poder estritamente hegemônico dado a esta categoria, permitindo uma reflexão que penetre aquilo que antes era posto como “uma barreira dura demais a ser quebrada”. Ao pensarmos nas dinâmicas grupais das quais a masculinidade ocupa um lugar central, sendo simbolicamente inserida em um patamar de ideal pelos integrantes deste coletivo, devemos recordar que o grupo, de acordo com Freud (1921/2011, p. 49), apresenta traços primitivos infantis em sua composição e, no mais, se sustenta - em partes - com base em processos identificatórios - que, por essência, remontam cenários edípicos. Tendo isso em vista, questionar o posto de liderança da masculinidade enquanto ideal grupal, é, em alguma medida, uma forma de refletirmos sobre a estrutura do desenvolvimento psicosssexual dos integrantes dessa categoria. Freud (1921/2011) pontuará que:

Primeiro, a identificação é a mais primordial forma de ligação afetiva a um objeto; segundo, por via regressiva ela se torna o substituto para uma ligação objetual libidínica, como que através da introjeção do objeto no Eu; terceiro, ela pode surgir a qualquer nova percepção de algo em comum

com uma pessoa que não é objeto dos instintos sexuais. Quanto mais significativo esse algo em comum, mais bem-sucedida deverá ser essa identificação parcial, correspondendo assim ao início de uma nova ligação (pp. 49-50).

Ademais, o autor vienense complementa, agora trazendo o Ideal de Eu como ponto fundamental para a inibição da meta sexual nas relações identificatórias:

“[...] lhe atribuímos funções como auto-observação, consciência moral, censura do sonho e principal influência na repressão. Dissemos que é a herdeira do narcisismo original, em que o Eu infantil bastava a si mesmo. Gradualmente ela acolhe, das influências do meio, as exigências que este coloca ao Eu, as quais o Eu nem sempre é capaz de cumprir, de modo que o indivíduo, quando não pode estar satisfeito com seu Eu em si, poderia encontrar satisfação no ideal do Eu que se diferenciou do Eu” (1921/2011, p. 52).

Apoiado nesses trechos, podemos compreender que para sustentar a masculinidade enquanto ideal, deve ocorrer um ocultamento do sujeito enquanto alguém singular e único, já que isto por si só não alcança a satisfação tal como propõe Freud no excerto anterior. É necessário então encontrar uma satisfação deslocada de si, posta nesse ideal que contempla apenas uma parcela daquilo que o sujeito representa. É com esse gancho que podemos passar da análise coletiva para uma subjetiva.

A problemática que contorna todo o fenômeno apresentado não se dá no fato de que, ao apoiar-se no ideal masculino, o sujeito desloca sua satisfação pulsional para a parcela psíquica que se diferenciou de seu Eu; muito pelo contrário. O que determina a valência negativa do conceito de masculinidade é justamente o conteúdo que este ideal apresenta. Retomando Wang (2001), o homem terá uma série de fatores que irão compor sua identidade enquanto um ser masculino: forte, confiante, ativo, destemido, determinado, realizador, independente, objetivo, pragmático, racional, emocionalmente equilibrado, profissionalmente competente, financeiramente bem sucedido e sexualmente arrasador [...] insensível, agressivo, arrogante, dominador, autoritário, violento e opressor.

Quando tomamos os valores citados acima como norte da vivência masculina, percebe-se um padrão performático de excelência que, em alguma medida, contraria a

máxima difundida pelo senso comum de que “errar é humano”. Ao propor que um homem, para confluir em direção a sua “natureza”, deve ser racional, emocionalmente equilibrado, mas ao mesmo tempo violento e agressivo, conseguimos notar uma contradição clara que explicita a essência do que é ser homem: no final das contas, ser homem tal qual o ideal proposto, é ser algo impossível.

Ademais, é prudente acentuarmos o local em que a “culpa” habita nessa equação. Quando esse ideal não é atingido nem mesmo parcialmente - ponto esse que, em geral, é o desfecho mais comum, levando em consideração o caráter de “perfeição” atribuído ao masculino, que, como sabemos, é inalcançável -, o que resta ao sujeito é apenas o martírio de sua impotência perante aquilo que lhe guia enquanto parâmetro da ordem. O autor vienense dirá que: “a renúncia instintual já não tem efeito completamente liberador, a abstenção virtuosa já não é recompensada com a certeza do amor; um infortúnio que ameaça a partir de fora é trocado por uma permanente infelicidade interna, a tensão do sentimento de culpa” (Freud, 1930, pp. 62-63). Dessa forma, compreendemos que, além de impossível, a busca pelo ideal tão somente estabelece um horizonte de angústia e sofrimento para aqueles que o aderem.

Para além disso, esta concepção de masculinidade inaugura e mantém uma dinâmica violenta com todos os sujeitos que vivem em seu entorno. A principal razão pela qual devemos rever e reconstruir o conceito trabalhado até então é que, no fim, ser homem acaba se opondo ao “ser humano”; desempenhar este papel de gênero, em certo sentido, é ir contra a natureza fundamentalmente social da raça humana; ser homem - agora estamos preparados para isso -, é, em suma, se opor a anos de evolução da espécie a que todos pertencemos.

## Considerações Finais

De modo a não cair em um conformismo barato, apontando apenas para a problemática, sem grandes movimentos propositivos, permito-me apresentar possíveis caminhos filosóficos que trazem abundante adição à discussão realizada até então. Para isso, citarei Foucault como um grande expoente na proposição de certas vias para alcançar novas construções das vivências masculinas.

No último eixo central de suas postulações, Michel Foucault buscará desenvolver ideias que possam ultrapassar uma lógica de uma subjetividade compulsória, mas que também permita ao sujeito se impor perante o poder em que ele está submetido socialmente. Trata-se de “um desligamento de uma teoria do sujeito a uma análise das modalidades e técnicas da relação consigo ou à história das diferentes formas de uma pragmática do sujeito” (Ortega, 1999, p. 37). Quando Foucault retorna da lógica do poder como um agente externo para o indivíduo enquanto alguém que nele é submetido, há uma tentativa de buscar alternativas “espirituais” para subverter a dinâmica em questão. Como espiritualidade, leia-se:

O conjunto de buscas, práticas e experiências tais como as purificações, as ascetes, as renúncias, as conversões do olhar, as modificações de existência, etc, que constituem, não para o conhecimento, mas para o sujeito, para o ser mesmo do sujeito o preço a pagar para ter acesso à verdade (Foucault, 1982/2004b, p.19).

Dessa maneira, a busca por novas formas de masculinidade estaria ligada ao conceito de experiência, ou seja, “uma práxis espiritual ou ascética [...], as transformações que deve experimentar o sujeito para alcançar outra forma de ser” (Ortega, 1999, p. 43). Quando observamos as vias do “cuidado de si” como alternativas para subverter a lógica hegemônica da concepção do masculino, percebemos o claro diálogo com a psicanálise à medida que esta, por sua vez, demonstrará analiticamente o impacto das estruturas sociais dominantes nas formas de subjetivação. Pensar o “ser masculino” atual como uma possibilidade de existência enviesada por interesses políticos, no fim das contas, nos permite superar essa visão ao enquadrar uma nova masculinidade baseada na experiência.

Já é claro a nós, a partir do que foi trabalhado, que o modelo masculinista de sociedade foge de um fim que possa ser enquadrado como o “sentido de vida” do sujeito, uma vez que sua operacionalização e replicação no corpo social apenas abastece uma lógica

sistêmica punitiva que age a partir da autovigilância de si para evitar possíveis dissidências. O que se pode abstrair de sentido de vida, nesse cenário, não sustenta e nem abarca a existência única e singular do ser, há uma lacuna adoecedora nesta equação. Tendo isso em vista, vale a pena direcionar a discussão para uma nova forma de se observar o sentido que a vida carrega em si, partindo da desconstrução da masculinidade como motor para fomentar uma maneira inédita de se enxergar a realidade.

Foucault, em suas obras finais, terá um trabalho incessante nesse sentido, já que um de seus objetivos era o de realizar uma “reabilitação da filosofia como ascese e forma de existência” (Ortega, 1999, p. 52). É sustentada nessa hipótese que, em minha concepção, novas formas de masculinidade possam ser pensadas, dado o nível de engendramento que a masculinidade hegemônica alcançou na sociedade contemporânea. Apenas a partir de uma análise profunda de si, somada a uma análise do contexto em que o sujeito está inserido, que poderemos pensar numa transformação de um conceito tão introjetado no psiquismo dos homens.

Vale ressaltar que o exercício espiritual, em Foucault:

Não é somente de natureza ética, mas sobretudo ontológica; por meio dele alcança-se uma transformação total da forma de pensar e de ser, a metamorfose do eu, a superação da própria individualidade e de seus limites. Por meio destes exercícios o eu transcende a subjetividade individual e escrava das paixões, alcançando a perspectiva cósmica e universal da mãe natureza (Ortega, 1999, p. 53).

Com isso dado, finalizo minhas ideias retomando a importância de pensarmos novas formas de masculinidade. Para além de uma remodelação de uma categoria, esse exercício teria o potencial de trazer outras mobilizações coletivas para uma série de concepções problemáticas da sociedade contemporânea que, tal como a masculinidade, são pautadas em um determinismo extremamente simplista. Em alguma medida, a contemporaneidade está afastando o ser humano daquilo que pode ser pensado como sua essência - fato é que isso nem está em discussão. A filosofia, antes apresentada como grande expoente das reflexões do ser sobre si e sobre o mundo, hoje em dia apenas ocupa um espaço ínfimo no imaginário social. Pode-se dizer então que, com efeito, reconstruir a concepção do masculino é, de certo modo, reinaugurar o contato - há muito perdido - do humano consigo mesmo.

Numa tentativa de conclusão de uma discussão que ainda há muito caminho a percorrer, termino o escrito com duas citações que, para além de tudo, nos trazem provocações postas de forma poética no debate traçado até então, considerando principalmente a identidade das vozes que proferiram tais excertos:

*Em nossos dias mais que a ausência ou a morte de Deus, é proclamado o fim do homem.*

Paul-Michel Foucault

*Quando eu estava pra nascer  
De vez em quando eu ouvia  
Eu ouvia mãe dizer  
Ai, meu Deus, como eu queria  
Que esse cabra fosse home  
Cabra macho pra danar  
Ah, mamãe, aqui estou eu  
Mamãe, aqui estou eu  
Sou homem com H  
E como sou*

Ney Matogrosso

## Referências

- Badinter, E. (1992). *XY: a identidade masculina*. 3ª ed. Trad. L. de Barros. Porto: Edições Asa, 1997.
- Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, 21(1), 241–282.  
<https://doi.org/10.1590/s0104-026x2013000100014>
- Cossi, R. K. (2018). Stoller e a psicanálise: da identidade de gênero ao semblante lacaniano. *Estudos de Psicanálise*, 49, 31–43.  
[https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-34372018000100003](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372018000100003)
- Costa, J. F. (1995). *A Face e o Verso: estudos sobre o homoerostimo II*. São Paulo: Escuta.
- Edler, S. (2008). *Luto e melancolia: À sombra do espetáculo*. Civilização Brasileira.
- Foucault, M. (1986) *A História da Sexualidade II O Uso dos Prazeres* Rio de Janeiro: Graal.
- Freud, S. (2010). *O eu e o isso* (J. L. do Prado & A. Cabral, Trans.). Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1923)
- Freud, S. (2010). *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias e outros textos* (P. Souza, Trans.; Vol. 18, pp. 9–89) [Review of *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias e outros textos*]. Companhia das Letras. (Original work published 1930)
- Freud, S. (2011). *Psicologia de Grupo e Análise do Eu*. In *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (vol. XVIII)*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1921).
- Freud, S. (2013). *Totem e tabu*. Editora Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1913)
- Garcia-Roza, L. A. (1985). Pulsão e representação. In *Freud e o inconsciente* (pp. 180–183). Editora Zahar.
- Kuhn, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.

Laplanche, J., Jean-Bertrand Pontalis, & Tamen, P. (2001). Vocabulário da Psicanálise. Martins Fontes.

Le Bon, G. (1855). Psicologia das Multidões. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018, 3a edição.

Roudinesco, E., & Plon, M. Dicionário de psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

Roussillon, R. (2019). *Manual da prática clínica em psicologia e psicopatologia*. Blucher. <https://plataforma.bvirtual.com.br>

Wang, M.-L., Jablonski, B., & Magalhaes, A. S. (2006). IDENTIDADES MASCULINAS: LIMITES E POSSIBILIDADES. DOAJ (DOAJ: Directory of Open Access Journals).